



Número: **5005982-33.2023.8.08.0024**

Classe: **INTERDIÇÃO/CURATELA**

Órgão julgador: **Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões**

Última distribuição : **23/05/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Capacidade, Tutela de Urgência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CELIA MARIA NUNES ALVARINO (REQUERENTE)		THAYNARA CARVALHO DE ANDRADE (ADVOGADO) DAYANNE MOURA ENDLICH (ADVOGADO)	
JOSUE VIANA ALVARINO (REQUERIDO)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CUSTOS LEGIS)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43462 537	20/05/2024 14:06	Edital - Intimação	Edital - Intimação

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões

Rua Leocádia Pedra dos Santos, 80, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-370

Telefone: (27) 31980609

PROCESSO Nº **5005982-33.2023.8.08.0024**

INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: CELIA MARIA NUNES ALVARINO

REQUERIDO: JOSUE VIANA ALVARINO

Advogados do(a) REQUERENTE: THAYNARA CARVALHO DE ANDRADE -
ES36643, DAYANNE MOURA ENDLICH - ES34150

EDITAL DE INTERDIÇÃO

MM. Juiz(a) de Direito da VITÓRIA - 1ª VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM e que não possam, de futuro, alegarem ignorância, que nos autos do processo supramencionado, foi proferida sentença que decretou a interdição do requerido REQUERIDO: JOSUE VIANA ALVARINO, nos termos do dispositivo que segue:

ASSUNTO:

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inserto na exordial e, por consequência, **DECRETO** a interdição de **JOSUE VIANA ALVARINO**, já qualificado na inicial, **declarando-o como pessoa que necessita da curatela, na forma do artigo 84, §1º da Lei nº 13.146/2015.**

Nos termos do art. 755, I e §1º, do CPC, nomeio-lhe como curadora a **Sra. CELIA MARIA NUNES ALVARINO**, qualificada na inicial, com registro de que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme art. 85 da Lei nº 13.146/15, **sob compromisso a ser prestado no prazo de 05 (cinco) dias**, por termo em livro próprio (CPC, art. 759)."

PUBLICAÇÃO: 03 (três) vezes, com intervalos de dez (10) dias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no Fórum, lugar de costume e publicado na forma da lei.



VITÓRIA, 20 de maio de 2024

MILENA PERIM DO CARMO MORONARI

ANALISTA JUDICIÁRIO





Número: **5018436-79.2022.8.08.0024**

Classe: **INTERDIÇÃO/CURATELA**

Órgão julgador: **Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões**

Última distribuição : **07/06/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Capacidade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (REQUERENTE)			
MARIA JOSE GARCIA (REQUERIDO)			FRANKLIN LEONEL DOS REIS (ADVOGADO) LEONARDO SOARES COSTA PINTO (ADVOGADO)
ELDIO CELANTE (TERCEIRO INTERESSADO)			FRANKLIN LEONEL DOS REIS (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43469578	20/05/2024 14:38	Edital - Intimação	Edital - Intimação

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões

Rua Leocádia Pedra dos Santos, 80, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-370

Telefone: (27) 31980609

PROCESSO Nº 5018436-79.2022.8.08.0024

INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

REQUERIDO: MARIA JOSE GARCIA

Advogados do(a) REQUERIDO: FRANKLIN LEONEL DOS REIS - ES2228,

LEONARDO SOARES COSTA PINTO - ES37936

EDITAL DE INTERDIÇÃO

MM. Juiz(a) de Direito da VITÓRIA - 1ª VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM e que não possam, de futuro, alegarem ignorância, que nos autos do processo supramencionado, foi proferida sentença que decretou a interdição do REQUERIDO: MARIA JOSE GARCIA, nos termos do dispositivo que segue:

ASSUNTO:

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inserto na exordial e, por consequência, **DECRETO** a interdição de **MARIA JOSE GARCIA**, já qualificada na inicial, **declarando-a como pessoa que necessita da curatela, na forma do artigo 84, §1º da Lei nº 13.146/2015.**

Nos termos do art. 755, I e §1º, do CPC, nomeio-lhe como curador o **Sr. JOÃO ANGELO BAPTISTA**, qualificado na inicial, com registro de que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme art. 85 da Lei nº 13.146/15, **sob compromisso a ser prestado no prazo de 05 (cinco) dias**, por termo em livro próprio (CPC, art. 759)."

PUBLICAÇÃO: 03 (três) vezes, com intervalos de dez (10) dias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no Fórum, lugar de costume e publicado na forma da lei.



VITÓRIA, 20 de maio de 2024

MILENA PERIM DO CARMO MORONARI

ANALISTA JUDICIÁRIO





COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

Campanha de Orientação e Esclarecimentos sobre o Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação — 2024

É mais do que *proteger as mulheres*. É a busca de justiça e equidade na liberdade de ser quem se é.

**Combata estigmas e exclusões.
Seja aliado(a) e defensor(a) da igualdade.**



Imagem: freepik.com

REALIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CGJES
Comissão de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

ORGANIZAÇÃO



COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

APOIO



Secretaria de Gestão de Pessoas
CSPPS
Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário/ES



COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

Campanha de Orientação e Esclarecimentos sobre o Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação – 2024

Apelidos, críticas disfarçadas em tom de
piada, atos envolvendo superiores que
tratam os funcionários de forma
agressiva ou vexatória, cobranças
excessivas, metas excessivas, exclusão
social... constituem **assédio moral**.

ASSÉDIO MORAL

NÃO CABE

NA JUSTIÇA!



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais

Rua Tenente Mário Francisco Brito, 420, Vértice Empresarial Enseada, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-555
Telefone: (27) 33450499

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

PROCESSO Nº: 5036121-02.2022.8.08.0024
EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VITORIA

EXECUTADO: VANDER MENDES DE CARVALHO

CDA: 5587/2022

MM(a). Juiz(a) de Direito da Vitória - Comarca da Capital - 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM que fica(m) devidamente citado(s):

VANDER MENDES DE CARVALHO - CPF: 189.501.326-72 (EXECUTADO), atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da ação supracitada e para **PAGAR, NO PRAZO DE 05 (cinco) dias**, a importância de **R\$3.065,04** relativa ao principal e acessórios, a ser atualizada na data do efetivo pagamento OU GARANTIR(EM) A EXECUÇÃO, efetuando o depósito em dinheiro, à ordem deste Juízo, em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária; oferecendo fiança bancária, nomeando bens à penhora ou indicando à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pelo exequente (art. 9º da Lei 6830/80).

NATUREZA DA DÍVIDA

[Dívida Ativa (Execução Fiscal), ISS/ Imposto sobre Serviços]

ADVERTÊNCIAS

Transcorrido o prazo sem pagamento ou garantia da execução, proceder-se-á à PENHORA de bens do(s) executado(s), se não for paga a dívida nem garantida a execução OU ARRESTO, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do arts. 10 e 11 da Lei nº. 6.830/80;

DESPACHO

Id:

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e publicado na forma da lei.

VITÓRIA-ES, 24 de setembro de 2024.



Assinado eletronicamente por: **MARIA APARECIDA PEIXOTO CONCINIO**

24/09/2024 17:36:36

<https://pje.tjes.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **51376065**



24092417363633800000048781656



Número: **5030533-77.2023.8.08.0024**

Classe: **INTERDIÇÃO/CURATELA**

Órgão julgador: **Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões**

Última distribuição : **27/09/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.313,00**

Assuntos: **Capacidade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TATIANE CARVALHO GIURIZATTO (REQUERENTE)			
BRUNA CARVALHO (REQUERIDO)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CUSTOS LEGIS)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43572286	21/05/2024 15:03	Edital - Intimação	Edital - Intimação

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões

Rua Leocádia Pedra dos Santos, 80, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-370

Telefone: (27) 31980609

PROCESSO Nº 5030533-77.2023.8.08.0024

INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: TATIANE CARVALHO GIURIZATTO

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

REQUERIDO: BRUNA CARVALHO

EDITAL DE INTERDIÇÃO

MM. Juiz(a) de Direito da VITÓRIA - 1ª VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM e que não possam, de futuro, alegarem ignorância, que nos autos do processo supramencionado, foi proferida sentença que decretou a interdição do requerido REQUERIDO: BRUNA CARVALHO nos termos do dispositivo que segue:

ASSUNTO:

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inserto na exordial e, por consequência, **DECRETO** a interdição de **BRUNA CARVALHO**, já qualificada na inicial, **declarando-a como pessoa que necessita da curatela, na forma do artigo 84, §1º da Lei nº 13.146/2015.**

Nos termos do art. 755, I e §1º, do CPC, nomeio-lhe como curadora a **Sra. TATIANE CARVALHO GIURIZATTO** qualificada na inicial, com registro de que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme art. 85 da Lei nº 13.146/15, **sob compromisso a ser prestado no prazo de 05 (cinco) dias**, por termo em livro próprio (CPC, art. 759).

Registre-se que a presente decisão não autoriza a curadora a contrair empréstimos em nome da requerida e a dispor de seus bens, o que deverá ser requerido, se for o caso, em autos próprios, na forma da lei.

Deixo de determinar a prestação de contas por parte da curadora, em razão da requerida não possuir bens e receber baixa renda, aliado ao fato de que é a genitora da incapaz e quem vem zelando por sua pessoa e obrigações, sem qualquer anotação que desabone a sua atuação, não havendo razão para lhe impor um ônus desnecessariamente.

É vedado o uso de cópia desta sentença, mesmo que autenticada, para fins de obtenção e ou liberação de direitos. Esta sentença só produzirá efeitos após o registro em Cartório de Registro Civil desta Comarca, na forma dos artigos 89 e 94 da Lei dos



Registros Públicos nº 6.015/73.

Diligencie o Cartório no sentido de cumprir as regras estabelecidas pelo art. 755, § 3º do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscrevendo a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da interdita e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que a interdita poderá praticar autonomamente."

PUBLICAÇÃO: 03 (três) vezes, com intervalos de dez (10) dias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no Fórum, lugar de costume e publicado na forma da lei.

VITÓRIA, 21 de maio de 2024

MILENA PERIM DO CARMO MORONARI

ANALISTA JUDICIÁRIO





Número: **0004315-73.2018.8.08.0024**

Classe: **INTERDIÇÃO/CURATELA**

Órgão julgador: **Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões**

Última distribuição : **25/01/2023**

Valor da causa: **R\$ 954,00**

Processo referência: **00043157320188080024**

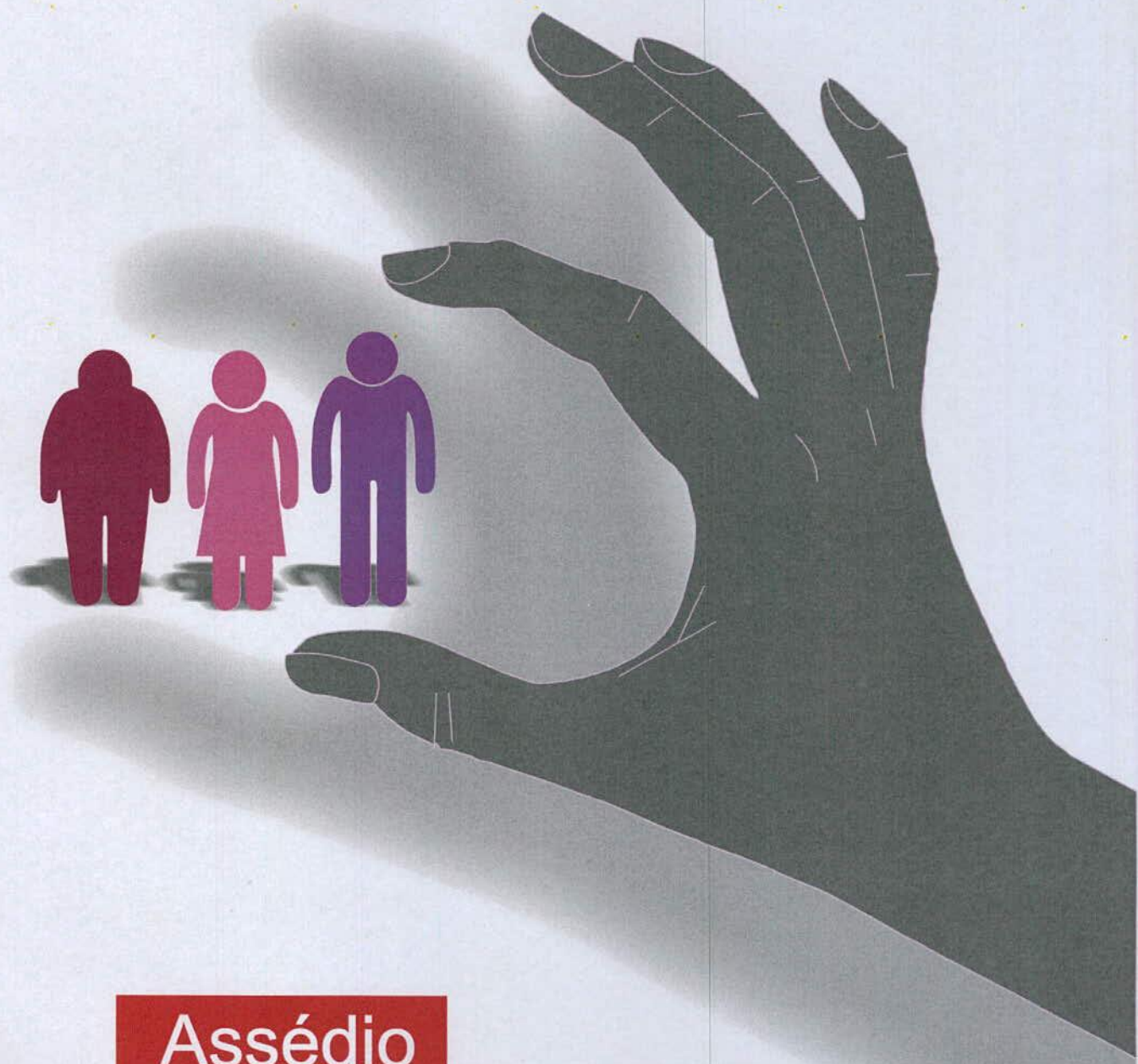
Assuntos: **Capacidade, Provas em geral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSEMERY SERVINO DE ARAUJO CARDOSO (REQUERENTE)		CAROLINE BENTO PEREIRA (ADVOGADO)	
JOAO MARCOS MATTOS DE SOUZA CARDOSO (REQUERIDO)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CUSTOS LEGIS)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43618672	22/05/2024 07:21	Edital - Intimação	Edital - Intimação

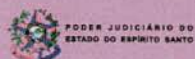


Assédio e discriminação de qualquer tipo

FEREM A DIGNIDADE HUMANA

**Campanha de Orientação e Esclarecimentos sobre o Assédio Moral,
Assédio Sexual e Discriminação — 2024**

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

APOIO





COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

Campanha de Orientação e Esclarecimentos sobre o Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação — 2024

**Mulheres: bem-estar, saúde mental,
qualidade de vida tem por base respeito.
Assédio ou importunação sexual é crime.**

Combata estigmas e exclusões.
Seja aliado(a) e defensor(a) da igualdade.



Imagem: freepik.com

REALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

APOIO



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CGJES
Corregedoria Geral do Judiciário do Espírito Santo



COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES



Secretaria de Gestão de Pessoas
CSPPS
Secretaria de Gestão de Pessoas e de Apoio



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais

Rua Tenente Mário Francisco Brito, 420, Vértice Empresarial Enseada, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-555
Telefone:(27) 33450499

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

PROCESSO Nº:5002803-67.2018.8.08.0024
EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VITORIA

EXECUTADO: BEATRIZ MADEIRA SEVERINO DE OLIVEIRA

CDA: 4628/2018

MM(a). Juiz(a) de Direito da Vitória - Comarca da Capital - 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM que fica(m) devidamente citado(s):

BEATRIZ MADEIRA SEVERINO DE OLIVEIRA - CPF: 102.791.637-62 (EXECUTADO), atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da ação supracitada e para **PAGAR, NO PRAZO DE 05 (cinco) dias**, a importância de **R\$ 4.047,89** relativa ao principal e acessórios, a ser atualizada na data do efetivo pagamento OU GARANTIR(EM) A EXECUÇÃO, efetuando o depósito em dinheiro, à ordem deste Juízo, em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária; oferecendo fiança bancária, nomeando bens à penhora ou indicando à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pelo exequente (art. 9º da Lei 6830/80) .

NATUREZA DA DÍVIDA

[Dívida Ativa (Execução Fiscal), IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano]

ADVERTÊNCIAS

Transcorrido o prazo sem pagamento ou garantia da execução, proceder-se-á à PENHORA de bens do(s) executado(s), se não for paga a dívida nem garantida a execução OU ARRESTO, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do arts. 10 e 11 da Lei nº. 6.830/80;

DESPACHO

Id:

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e publicado na forma da lei.

VITÓRIA-ES, 24 de setembro de 2024.



Assinado eletronicamente por: **MARIA APARECIDA PEIXOTO CONCINIO**

24/09/2024 18:12:56

<https://pje.tjes.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **51380731**



24092418125674200000048786357

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões

Rua Leocádia Pedra dos Santos, 80, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-370

Telefone: (27) 31980609

PROCESSO Nº 0004315-73.2018.8.08.0024

INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: ROSEMERY SERVINO DE ARAUJO CARDOSO

REQUERIDO: JOAO MARCOS MATTOS DE SOUZA CARDOSO

Advogado do(a) REQUERENTE: CAROLINE BENTO PEREIRA - ES24068

EDITAL DE INTERDIÇÃO

MM. Juiz(a) de Direito da VITÓRIA - 1ª VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM e que não possam, de futuro, alegarem ignorância, que nos autos do processo supramencionado, foi proferida sentença que decretou a interdição do REQUERIDO: JOAO MARCOS MATTOS DE SOUZA CARDOSO, nos termos do dispositivo que segue:

ASSUNTO:

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inserto na exordial e, por consequência, **DECRETO** a interdição de **JOÃO MARCOS MATTOS DE SOUZA CARDOSO**, já qualificado na inicial, **declarando-o como pessoa que necessita da curatela, na forma do artigo 84, §1º da Lei nº 13.146/2015.**

Nos termos do art. 755, I e §1º, do CPC, nomeio-lhe como curadora a **Sra. ROSEMERY SERVINO DE ARAUJO CARDOSO**, qualificada na inicial, com registro de que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme art. 85 da Lei nº 13.146/15, **sob compromisso a ser prestado no prazo de 05 (cinco) dias**, por termo em livro próprio (CPC, art. 759).

Registre-se que a presente decisão não autoriza a curadora a contrair empréstimos em nome do requerido e a dispor de seus bens, o que deverá ser requerido, se for o caso, em autos próprios, na forma da lei.

Deverá a curadora, ainda, prestar contas em Juízo, de ano em ano, em autos autônomos, com planilha contábil e documentos comprobatórios, do recebimento e utilização de todos os valores



percebidos em razão da curadoria.

É vedado o uso de cópia desta sentença, mesmo que autenticada, para fins de obtenção e ou liberação de direitos. Esta sentença só produzirá efeitos após o registro em Cartório de Registro Civil desta Comarca, na forma dos artigos 89 e 94 da Lei dos Registros Públicos nº 6.015/73.

Diligencie o Cartório no sentido de cumprir as regras estabelecidas pelo art. 755, § 3º do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscrevendo a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente.

Observar e cumprir, ainda, Provimento nº 012/2000 da Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário deste Estado."

PUBLICAÇÃO: 03 (três) vezes, com intervalos de dez (10) dias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no Fórum, lugar de costume e publicado na forma da lei.

VITÓRIA, 22 de maio de 2024

MILENA PERIM DO CARMO MORONARI

ANALISTA JUDICIÁRIO





Número: **0005993-55.2020.8.08.0024**

Classe: **INTERDIÇÃO/CURATELA**

Órgão julgador: **Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões**

Última distribuição : **17/02/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **00059935520208080024**

Assuntos: **Provas em geral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FABIANA MARCAL VASCONCELLOS (REQUERENTE)		IRISLEID DE LAIA SOUZA registrado(a) civilmente como IRISLEID DE LAIA SOUZA (ADVOGADO)	
DELINA MARCAL VASCONCELLOS (REQUERIDO)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CUSTOS LEGIS)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43618 702	22/05/2024 07:59	Edital - Intimação	Edital - Intimação

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões

Rua Leocádia Pedra dos Santos, 80, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-370
Telefone: (27) 31980609

PROCESSO Nº 0005993-55.2020.8.08.0024

INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: FABIANA MARCAL VASCONCELLOS

REQUERIDO: DELINA MARCAL VASCONCELLOS

Advogado do(a) REQUERENTE: IRISLEID DE LAIA SOUZA - ES26592

EDITAL DE INTERDIÇÃO

MM. Juiz(a) de Direito da VITÓRIA - 1ª VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM e que não possam, de futuro, alegarem ignorância, que nos autos do processo supramencionado, foi proferida sentença que decretou a interdição do REQUERIDO: DELINA MARCAL VASCONCELLOS, nos termos do dispositivo que segue:

ASSUNTO:

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inserto na exordial e, por consequência, **DECRETO** a interdição de **DELINA MARÇAL VASCONCELLOS**, já qualificada na inicial, **declarando-a como pessoa que necessita da curatela, na forma do artigo 84, §1º da Lei nº 13.146/2015.**

Nos termos do art. 755, I e §1º, do CPC, nomeio-lhe como curadora a **Sra. FABIANA MARÇAL VASCONCELLOS** qualificada na inicial, com registro de que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme art. 85 da Lei nº 13.146/15, **sob compromisso a ser prestado no prazo de 05 (cinco) dias**, por termo em livro próprio (CPC, art. 759).

Registre-se que a presente decisão não autoriza a curadora a contrair empréstimos em nome da requerida e a dispor de seus bens, o que deverá ser requerido, se for o caso, em autos próprios, na forma da lei.

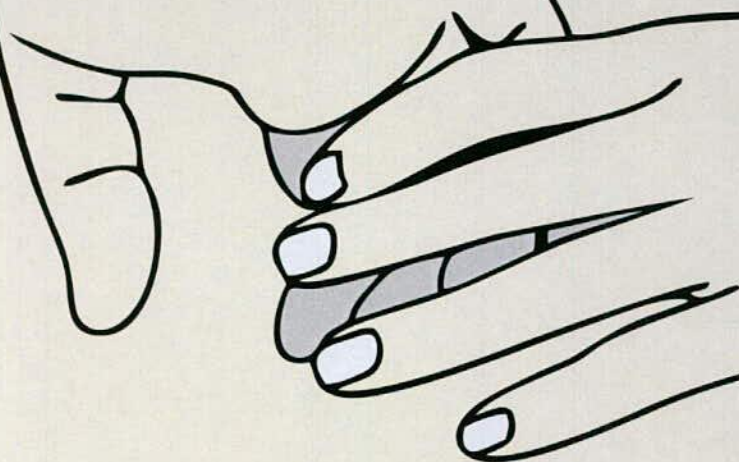
Deverá a curadora, ainda, prestar contas em Juízo, de ano em ano, em autos autônomos, com planilha contábil e documentos comprobatórios, do recebimento e utilização de todos os valores percebidos em razão da curadoria.

É vedado o uso de cópia desta sentença, mesmo que autenticada, para fins de obtenção e





COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES



Lembre-se:

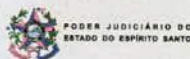
**se você ficar neutro(a) em
situações de injustiça (de
assédio ou discriminação),
você escolhe o lado do **opressor**.**

*Desmond Tutu**

*Desmond Mpilo Tutu (1931–2021), natural da África do Sul, foi um arcebispo da Igreja Anglicana e Nobel da Paz em 1984.

**Campanha de Orientação e Esclarecimentos sobre o Assédio Moral,
Assédio Sexual e Discriminação — 2024**

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

APOIO





COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

Campanha de Orientação e Esclarecimentos sobre o Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação — 2024

**"Reconhecemos a
importância da
nossa voz quando
somos silenciados".**

Malala

Malala Yousafzai é uma ativista paquistanesa. Foi a pessoa mais nova a ser laureada com um prêmio Nobel e defende os direitos humanos, das mulheres e o acesso à educação.

DISCRIMINAÇÃO

NÃO CABE

NA JUSTIÇA!

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

REALIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CGJES

ORGANIZAÇÃO



COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO
MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO NO
ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO/ES

APOIO



Secretaria de Gestão de Pessoas
CSPPS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Vitória - Comarca da Capital - 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais

Rua Tenente Mário Francisco Brito, 420, Vértice Empresarial Enseada, Enseada do Suá, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-555
Telefone: (27) 33450499

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

PROCESSO Nº: 5000811-37.2019.8.08.0024
EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE VITORIA

EXECUTADO: MARLENE SILVA DOS SANTOS

CDA: 7717/2018

MM(a). Juiz(a) de Direito da Vitória - Comarca da Capital - 2ª Vara da Fazenda Pública Privativa de Execuções Fiscais Municipais do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

FINALIDADE

DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM que fica(m) devidamente citado(s):

MARLENE SILVA DOS SANTOS - CPF: 020.211.807-00 (EXECUTADO), atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da ação supracitada e para **PAGAR, NO PRAZO DE 05 (cinco) dias**, a importância de **R\$ \$37,110.83** relativa ao principal e acessórios, a ser atualizada na data do efetivo pagamento OU GARANTIR(EM) A EXECUÇÃO, efetuando o depósito em dinheiro, à ordem deste Juízo, em estabelecimento oficial de crédito que assegure a atualização monetária; oferecendo fiança bancária, nomeando bens à penhora ou indicando à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pelo exequente (art. 9º da Lei 6830/80).

NATUREZA DA DÍVIDA

[Multas e demais Sanções, Dívida Ativa (Execução Fiscal)]

ADVERTÊNCIAS

Transcorrido o prazo sem pagamento ou garantia da execução, proceder-se-á à **PENHORA** de bens do(s) executado(s), se não for paga a dívida nem garantida a execução OU **ARRESTO**, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do arts. 10 e 11 da Lei nº. 6.830/80;

DESPACHO

Id:

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e publicado na forma da lei.

VITÓRIA-ES, 24 de setembro de 2024.



Assinado eletronicamente por: **MARIA APARECIDA PEIXOTO CONCINIO**

24/09/2024 17:26:19

<https://pje.tjes.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **51373725**



240924172619427000000048779221